



Impairment Test – Teste de Recuperabilidade de Ativos: análise dos Demonstrativos Contábeis, de acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36

Diego Neivaldo de Aguiar

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
diegoneivaldo@hotmail.com

Joisse Antônio Lorandi

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Joisse.lorandi@ufsc.br

Resumo

A partir do exercício de 2010, exigiu-se que as demonstrações contábeis consolidadas das companhias brasileiras de capital aberto, fossem obrigatoriamente publicadas de acordo com o padrão IFRS, incluindo-se nessas obrigações o CPC 01 (R1), e a IAS 36, que são referentes ao teste de recuperabilidade (*impairment test*). O objetivo deste estudo é analisar se as companhias de capital aberto do segmento de energia elétrica estão seguindo as recomendações dadas pelos CPC 01 (R1) e a IAS 36, em relação aos critérios de evidenciação. A pesquisa foi aplicada nos Ativos Imobilizados e Intangíveis evidenciados as demonstrações financeiras padronizadas, abrangendo uma amostragem de quatro períodos (2010 a 2013), de doze companhias brasileiras do segmento de energia elétrica, com capital aberto, regularmente registradas na CVM e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. Esta pesquisa caracterizou-se como, descritiva, documental e qualitativa. Para a execução da análise foram elaborados quadros e gráficos com itens selecionados do CPC 01 (R1). Destaque para a Eletrobras que evidenciou além do exigido. As informações mais divulgadas foram os valores das perdas e reversões. Concluiu-se que existe uma crescente quanto ao adequamento às normas, e percebe-se que se torna cada vez mais comum a aplicação do teste de recuperabilidade nas companhias do segmento de energia elétrica.

Palavras-chave: Teste de Recuperabilidade; Evidenciação; Informação.

Introdução

O Teste de recuperabilidade de ativo ou *impairment test* foi introduzido de forma obrigatória na contabilidade brasileira, em 2007, pela Lei nº 11.638 e regulamentado, no mesmo ano, pelo CPC 01, que foi revisado em 2010 originando o CPC 01 (R1), aprovado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) sob Deliberação nº 639/10.

O objetivo do teste de recuperabilidade é assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação. Internacionalmente essa prática é reconhecida pela FASB (*Financial Accounting Standards Board*) e pela IASB (*International Accounting Standards Board*) por meio das Normas Internacionais de



Contabilidade, IAS (International Accounting Standards) 36 e SFAS (*Statement of Financial Accounting Standards*) 142 e 144.

Com a obrigação de apresentar as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o padrão IFRS (*International Financial Reporting Standards*) a partir do ano de 2010, as companhias de capital aberto do Brasil necessitaram se adequar as normatizações exigidas.

O objetivo deste adequamento é fortalecer a veracidade das informações contidas nas demonstrações contábeis destas companhias, convergindo-as com as normas internacionais de contabilidade, favorecendo-as na captação de recursos de investidores internacionais.

Considerando estas alterações no cenário internacional surge o seguinte questionamento: as companhias brasileiras de capital aberto do segmento de energia elétrica, regularmente registradas na CVM e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. estão divulgando suas demonstrações financeiras em conformidade com os requisitos exigidos pelos CPC 01 (R1) e IAS 36 a partir de 2010?

Este estudo tem como objetivo principal, analisar se as companhias brasileiras de capital aberto do segmento de energia elétrica, regularmente registradas na CVM e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. estão publicando suas demonstrações financeiras padronizadas de acordo com o exigido pelo CPC 01 (R1) e o IAS 36, e analisar quais e como os itens do CPC 01 (R1) estão sendo atendidos por estas, através de uma amostragem de quatro períodos financeiros de doze companhias, totalizando quarenta e oito demonstrações financeiras padronizadas dentre às sessenta e cinco existentes de acordo com níveis de Governança Corporativa definidos pela BM&FBOVESPA S.A.

A intenção de verificar os quatro períodos é no sentido de avaliar se há um aperfeiçoamento na forma de evidenciar, já que é um assunto relativamente recente, em que sua prática é um novo aprendizado para muitas organizações. Outro aspecto de relevância do trabalho é no sentido de se utilizar apenas um segmento de negócios, no caso o setor elétrico por este possuir características diferenciadas em termos de ativos imobilizados e intangíveis, principalmente pelo aspecto de que a forma de depreciação e amortização são distintas do modelo tradicional de indústrias.

Ainda em relação à relevância da pesquisa, como se trata de uma prática em formação, é necessário se divulgar experiências já utilizadas, para que se possa expandir esse conhecimento para a grande maioria das organizações.

O presente estudo estrutura-se da seguinte forma: introdução; revisão teórica; metodologia; coleta e análise de dados; e considerações finais.